



A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE COMPENSAÇÃO DO ALUNO CEGO E DE BAIXA VISÃO NA ESCOLA

Alane da Silva BRITO¹

Adriane de Lima Vilas Boas BARTZ²

Resumo:

A presente pesquisa ratificou o desenvolvimento deste trabalho, no qual tem por tema “A educação e o processo de compensação do aluno cego e de baixa visão na escola”, abordando múltiplos conceitos e teses ao que diz respeito ao pressuposto da educação que contribuem para o desenvolvimento do processo psíquico dos indivíduos. Desta forma, será analisada a acuidade da inclusão dentro do processo educacional e sua construção para o desenvolvimento psíquico individual de cada aluno. Portanto, pretende-se ampliar o conhecimento para educação especial, baseados em fatos construtivistas perante a inclusão. Logo, o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica busca dar subsidio a uma análise reflexiva da formação do docente no atendimento a pessoa com deficiência visual, a fim de ratificar a importância da inclusão do aluno cego e de baixa visão e, suas contribuições no processo de desenvolvimento e aprendizagem na escola comum. A pessoa com deficiência visual, como outros deficientes, passa por diversas barreiras físicas, os obstáculos culturais que os distinguem como pessoas com dificuldades e limitações. É por meio do Sistema Braille que a educação inclusiva permitirá ao sujeito a comunicação e a socialização com os demais alunos, rompendo a imposição de um modelo para inclusão na sociedade. Igualmente, a inclusão tem como ideia principal dar ênfase no processo de aprendizagem do sujeito. Para isso, aplicou-se a metodologia qualitativa, baseada em recursos de fontes bibliográficas, embasadas e fundamentadas em arquivos teóricos, e/ou fontes de pesquisa digital a fim de responder às questões levantadas.

Palavras Chave: Deficiência visual; Professor; Compensação; Aprendizagem.

¹ Acadêmica de Pedagogia, Faculdade Dom Bosco de Ubatã. E-mail: alanebrito11@Outlook.com

² Docente do curso de Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Ubatã. E-mail: dri_bartz@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a importância do desenvolvimento da educação e o processo de compensação do aluno cego e de baixa visão na escola. Além disso, procurou-se explicar a acuidade de seu ensino dentro do processo educacional, partindo de um pressuposto baseado na construção para o desenvolvimento psíquico individual, a fim de estabelecer aos docentes subsídios indicativos aos diversos tipos de alunos com cegueira, ideias e seus denodos.

Partindo deste pressuposto, é perceptível que durante muito tempo a literatura especializada persistiu em afirmar que a criança com necessidades especiais acompanhava a mesma sequência de desenvolvimento dos ditos “normais”, contudo num processo mais devagar. Atualmente, a premissa é de que o desenvolvimento da criança com necessidades especiais acompanhe uma sequência diferente de desenvolvimento, em outras palavras, os comportamentos são aprendidos em uma ordem própria.

Destarte, esse pressuposto explica a abordagem identificada como enfoque diferencial, relacionado ao estudo do desenvolvimento da criança com deficiência visual (DV). Este enfoque procura elucidar as diferenças dentro da população de pessoas com necessidades especiais, de acordo com a natureza e as causas dessas diferenças. Ao inverso deste aspecto, outro enfoque ao que diz respeito à criança com cegueira é identificado como enfoque comparativo.

Nesta perspectiva, a criança é avaliada e comparada, em termos do tempo de vida, em relação as características correspondentes da mesma com visão normal. Embora ao que diz respeito enfoque, o desenvolvimento da criança com deficiência visual é percebido com base em um modelo de “cegueira como déficit”. Ainda ao que diz respeito a este enfoque, o desenvolvimento da criança com deficiência visual, onde alega que os atrasos aparecem porque diversas situações de aprendizagem, dependentes da visão, acontecem de forma incidental ou “natural” na criança com visão normal, o que diversas vezes não sobrevém no desenvolvimento das crianças que possuem deficiência visual.

Em suma, o enfoque diferencial é mais vantajoso, pois admite gerar conhecimentos que podem colaborar na intervenção junto às circunstâncias que aperfeiçoam o desenvolvimento das crianças que apresentam necessidades especiais.

Desta forma, baseado na teoria de Vygotsky não existe diferenças básicas no acometimento de desenvolvimento da criança cega ou vidente, partindo do pressuposto de que o resultado do desenvolvimento e aprendizagem são dinâmicas e buscam, por meio da compensação, superar uma situação de insegurança e de inferioridade que a condição da mesma impõe. Também neste

contexto, Vygotsky ressalva que toda criança, (com deficiência visual e a vidente) possuem uma ampla disposição para a linguagem, sendo esta, a principal forma de comunicação e de absorção de conteúdos do processo de ensino aprendizagem.

Nesta perspectiva, visualizando a inclusão de indivíduos que apresentem cegueira ou baixa visão no contexto do ensino regular, esta pesquisa tem por finalidade, analisar e demonstrar os procedimentos dos educadores frente a um aluno que apresente tal deficiência, bem como, apresentar alguns dos recursos ópticos, pedagógicos e as adequações que ampliem as condições para a apropriação do conhecimento de tais indivíduos. Ademais, o tema deste trabalho gera um grande debate não só no âmbito escolar, mas também na família e na sociedade.

Desta forma, faz-se necessária a criação de políticas públicas voltadas para qualificação de todos os professores, a fim de que seja ampliada a interação de conhecimentos entre comunidade, escola e funcionários. É importante destacar que no decorrer do trabalho a pessoa que apresenta deficiência visual (cegueira ou baixa visão) será identificado com a sigla “DV”. E, os que apresentam visão subnormal serão identificados com a sigla “VSN”.

Portanto, esta pesquisa enfatizou a importância da inclusão do deficiente visual na escola comum, a fim de desenvolver e aprimorar o desenvolvimento e a humanização do indivíduo.

A INCLUSÃO DO ALUNO CEGO E DE BAIXA VISÃO NA ESCOLA COMUM DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA OU AMAUROSE

A cegueira ou amaurose é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão, onde há uma ausência da projeção da luz, podendo ela interferir de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. A cegueira pode advir desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Deste modo, o processo de aprendizagem será feito através de outros sentidos, tais como tato, audição, olfato e paladar. Destarte, o Decreto de nº 5.926/04, artigo 4º, inciso III determina a deficiência visual como:

[...] deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 02).

A cegueira pode dificultar o desempenho educacional do aluno, pois sua capacidade será contida, fazendo com que o educando reduza seu processo cognitivo de aprendizagem. O principal meio de comunicação entre o aluno cego e a escrita é o Braille, onde foi criado pelo francês Lous Braille, em 1829, o qual é um método para leitura com o tato. Lous também era cego e aos dezoito anos criou este alfabeto.

Desta forma, a cegueira pode afetar o desempenho de alguns fatores na vida da pessoa que possui tal deficiência, bem como, na comunicação, na vida social, no emprego, na escola, enfim, ela compromete boa parte da vida social do sujeito. Sendo assim, para que o indivíduo que possui a cegueira se comunique, interage com os demais, é preciso e necessário que haja uma mobilidade, fazendo com que o mesmo se sinta incluso no meio social. Desta forma, Felipe e Felipe (1997) destacam que:

Mobilidade: Capacidade ou estado inato do indivíduo de se mover reagindo a estímulos internos ou externos, em equilíbrio estático ou dinâmico. A mobilidade do deficiente visual é alcançada através de um processo ensino-aprendizagem e de um método de treinamento que envolve a utilização de recursos mecânicos, ópticos, eletrônicos, animal (cão-guia) em vivências contextualizadas, favorecendo o desenvolvimento das habilidades e capacidades perceptivo-motoras do indivíduo (FELLIPE & FELLIPE, 1997, p. 13).

De acordo com a citação acima, para que uma pessoa que apresenta deficiência visual se contextualize em meio à sociedade, é necessário partir do pressuposto do processo de ensino aprendizagem, onde o mesmo é obtido por meio de alguns recursos para a mobilidade do mesmo.

Por outro lado, para que os alunos tenham um bom entendimento do mesmo, é necessário que tenham conhecimento deste, desde pequenos para se acostumarem com a escrita. Ainda neste contexto, para Gallagher (1996):

A leitura em Braille é um sistema de leitura pelo tato desenvolvido em 1829, por Lous Braille, um francês cego. São usados caracteres em relevo, em combinações diferentes de seus pontos, organizados em unidades de dois pontos de largura e três de altura. Os símbolos são trabalhados em relevo, em papel manilha grosso, da esquerda para a direita e geralmente o leitor “lê” com uma das mãos e, com a outra, mantém a posição vertical (KIRK E GALLAGHER, 1996, p. 207).

De acordo com a citação anterior, pode-se ponderar que o sistema Braille é fundamental aos cegos para a leitura e escrita, onde é utilizado um material específico para escrever e possui uma máquina de escrita. Deste modo, com este sistema, o educando domina a escrita, mas, vale destacar que o mesmo apresenta pontos dificultosos, como por exemplo, a dificuldade de ler por meio do tato.

BAIXA VISÃO OU VISÃO SUBNORMAL

A baixa visão consiste na alteração da capacidade funcional ocular, a qual é decorrente de diversos fatores isolados ou associados, bem como: baixa acuidade visual significativa, diminuição do campo de visão, dificuldades de adequação à luz e ao escuro, dificuldade na percepção de cores, alteração de sensibilidade aos contrastes que intervêm ou limitam o desempenho pessoal do sujeito. A perda ou a redução da função visual se manifesta em nível severo, moderado ou leve. Carvalho et al (1992) colabora com essa fala ressaltando que a visão subnormal consiste em:

Visão subnormal (VSN) é uma perda severa de visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico nem com óculos convencionais. Também pode ser descrita como qualquer grau de enfraquecimento visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual. No entanto, a capacidade funcional não está relacionada apenas aos fatores visuais, mas também às reações da pessoa à perda visual e aos fatores ambientais que interferem no desempenho (CARVALHO, et al, 1992, p. 13).

O autor ressalva que a baixa visão é uma perda severa a qual não pode ser alterada por meio de tratamentos clínicos ou por meio de cirurgias, tampouco com uso de óculos convencional. O sujeito que possui essa deficiência visual tem uma redução no desempenho escolar, uma vez que a mesma enfraquece a visão ocular. Deste modo, as pessoas que apresentem baixa visão/visão subnormal (VSN) necessitarão, para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, de alguns recursos específicos, bem como lupas de apoio, telelupa monocular, material com caracteres ampliados, dentre outros, estes recursos são hábeis para maximizar a eficácia de seu resíduo visual.

Essa deficiência pode ter causas diversas. Na maioria das vezes, ela tem origem de doenças congênitas, hereditárias, de algum trauma, diabetes, glaucomas, cataratas e também, pelo avanço na idade da pessoa. Ora, as causas congênitas são adquiridas desde o nascimento, segue abaixo as principais origens desta:

- Coriorretinite Macular por Toxoplasmose: Essa é a causa mais frequente de baixa visão presente nas crianças;
- Retinopatia da Prematuridade, graus III, IV ou V: Essa causa sucede por imaturidade da retina, em virtude de parto prematuro ou por demasia de oxigênio presente na incubadora;
- Atrofia Óptica: Pode ser em consequência de partos com ocorrência de hipoxia, anoxia ou infecções pré-natais;
- Degenerações Retinianas: Síndrome de Leber ou doenças que são hereditárias;
- Deficiência Visual Cortical: Essa é causada por encefalopatias, alterações de sistema nervoso central ou convulsões;

- Catarata congênita: É decorrente de contaminação intrauterina por rubéola;
- Glaucoma congênito: É o principal representante do grupo de patologias de causa genética.

Ao que se refere às causas congênicas, os fatores mais frequentes são: gestação precoce, desnutrição da grávida, uso de drogas em geral, álcool e as infecções durante o período gestacional (rubéola, sífilis, AIDS, toxoplasmose e citomegalovirus).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) padroniza a codificação das doenças por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Por conseguinte, é através deste que a cegueira e a baixa visão são classificadas como CID 10 – H54, segue abaixo a classificação referida.

LEI 9394/96 LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - CAPÍTULO V

Os estudantes com deficiência visual fazem parte do Público Alvo da Educação Especial (PAEE), termo instituído pelo Decreto 7.611/11, o qual designa como finalidade que os alunos PAEE terão direito a receber, no contra turno, atendimento especializado em ambientes especializados, para fins de suporte educacional, visando, portanto, garantir não somente sua matrícula, mas também, a permanência e sucesso no ensino regular.

A Educação Especial é definida segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, como “uma modalidade de educação escolar oferecida de preferência na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais”. Deste modo, a mesma possui como finalidade preparar o aluno para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. A educação especial é uma modalidade de ensino, repleta por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais. Tudo para que haja a garantia plena de uma educação formal dos alunos que apresentam necessidades muito diferentes da maioria das crianças e/ou jovens.

Partindo deste pressuposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, em seu capítulo V, Art. 58, define a educação especial como:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação

especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Conforme o referido artigo, a educação especial deve ser ofertada a todas as pessoas que possuem alguma necessidade especial, sendo oferecida, de preferência, na rede regular de ensino. Constata-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está em vigor, contudo, a prática ainda concisa de alguns reparos, bem como a formação de profissionais para atender as pessoas que possuem deficiência visual inseridos na rede regular de ensino. Ora, os cursos de formação e capacitação para professores estão voltados para uma educação de forma mais geral e pouco contribui para a educação inclusiva, paradigma este que necessita de alterações.

Outro fator assíduo a ser destacado é que a política de educação inclusiva aos educandos que apresentam necessidades especiais, neste caso em específico aos que possuem cegueira ou baixa visão, não condiz apenas à permanência física dos mesmos no âmbito educacional com os demais alunos videntes, mas, sem sobra de dúvidas, refere-se ao ato de ousadia e novas percepções e protótipos desenvolvidos por toda a equipe pedagógica da instituição regular de ensino.

Deste modo, cabe ao educador, desenvolver o potencial destes alunos (com deficiência visual), respeitando suas particularidades e diferenças com o objetivo primordial de atender suas necessidades e demandas.

O desenvolvimento da criança que apresenta deficiência visual se dá por meio da compensação social das limitações orgânicas e funcionais impostas por tal condição. Desta forma, é importante destacar que, apesar disso, que não se trata de assegurar que uma função psicológica compense outra função prejudicada ou que a limitação numa determinada parte do organismo decorra na hipertrofia de outra. Em suma, conforme ressalta Nuernberg (2008):

A compensação social a que se refere Vigotski consiste, sobretudo, numa reação do sujeito diante da deficiência, no sentido de superar as limitações com base em instrumentos artificiais, como a mediação simbólica. Por isso, sua concepção instiga a educação a criar oportunidades para que a compensação social efetivamente se realize de modo planejado e objetivo, promovendo o processo de apropriação cultural por parte do educando com deficiência (NUERNBERG, 2008, p. 309).

Para o autor acima citado, Vygotsky faz referência a compensação social baseado na reação da pessoa frente à deficiência, no sentido de a mesma superar os limites por meio, por exemplo, da mediação simbólica. Desta forma, a concepção vygotskyana reflete uma série de análises que engloba a educação ao que se refere no conceito de criar oportunidades para que a compensação ocorra de fato, contudo, que seja planejada e que possua objetivos claros.

Deste modo, compreende-se como compensação social um mecanismo de superação dos limites que a deficiência impõe, em outras palavras, é uma metodologia educacional. Observa-se que o termo é qualificado com a palavra social, cujo princípio é a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, nos diferentes espaços de atividade do dia a dia. Em suma, é esse o pressuposto que ancora um ensino embasado desenvolvimento das funções humanas complexas.

Ainda para Nuernberg, a função mediadora se encontra na natureza da linguagem, ou seja, no sistema de signos reversíveis. Desta forma, Dias (1998), Rocha (1987), Scholl (1983) apud Nuernberg (2008) ressaltam que o começo da mediação semiótica do funcionamento cerebral da pessoa já auxilia esse desígnio, pois ressalva que após da intersubjetividade a ascensão a realidade se concretiza por meio da significação e pela mediação de outra pessoa. Em suma, Dias (1998), Rocha (1987), Scholl (1983) apud Nuernberg (2008) ressaltam que:

A propriedade da linguagem de conferir à realidade uma existência simbólica é, nesse caso, elevada à sua máxima potência. É questionável, portanto, a noção, tão repetida nos manuais sobre a intervenção na deficiência visual de que 80% de nosso conhecimento se baseiam na visão. (DIAS, 1998; ROCHA, 1987; SCHOLL, 1983 apud NUERNBERG, 2008, p. 311).

Vygotsky (1997e) diz que o conhecimento não é apenas um produto dos órgãos sensoriais, visto que os mesmos criam vias de acesso a realidade, ao mundo. Todavia, o conhecimento é resultante de um longo processo de aprimoração que se realiza por meio das relações sociais.

Vygotsky (1997g) na teoria histórico-cultural também admite a crítica referente às concepções sobre a cegueira que idealizam essa condição através da subtração da experiência visual, reduzindo, portanto, a pessoa cega à falta de visão. Deste modo, a partir de um enfoque qualitativo sobre o desenvolvimento psicológico na criança que apresenta deficiência visual, Vygotsky abrange que essa condição produz a reestruturação de toda atividade psíquica da mesma, dirigindo as funções psicológicas superiores a assumirem uma função diferente daquela exercida nas pessoas videntes.

Sendo assim, a análise desse processo, entretanto, requer um amplo cuidado de não isolar cada função em sua particularidade e de desenvolver a análise integral do psiquismo e dos conceitos que o constituem. Já ao que se refere a apropriação cultural, são diversas as desvantagens que afetam a criança com deficiência visual em relação as videntes, pois esta apropriação demanda de um processo deliberado na direção das conquistas educacionais comuns.

Desta forma, Vygotsky propõe um caminho para que este objetivo seja almejado, para tal, precisa-se partir da dupla acepção que o termo mediação assume em suas diversas reflexões teóricas. Para tal, Ochaita & Rosa (1993) ressaltam que:

a) como mediação *semiótica*, em que ele considera que a palavra promove a superação dos limites impostos pela cegueira, ao dar acesso àqueles conceitos pautados pela experiência visual tais como cor, horizonte, nuvem, etc. por meio de suas propriedades de representação e generalização; b) como mediação *social*, em que ele aponta para as possibilidades de apropriação da experiência social dos videntes. essas duas formas indissociáveis de mediação, inclusive, são compatíveis com as atividades comumente desenvolvidas na educação de cegos, a saber, a orientação e a mobilidade e as atividades da vida diária. nestas, o vidente se converte em um verdadeiro instrumento de mediação para apropriação de formas de ação sobre o ambiente pautadas na significação atribuída a elementos do espaço e às sensações proprioceptivas, táteis e auditivas (OCHAITA & ROSA, 1993, 1995).

A dimensão semiótica dispõe que a palavra supera as limitações impostas pela deficiência visual, já a dimensão social discorre sobre a possibilidade de apropriação da experiência social dos que enxergam. Ambas são indissociáveis do processo de mediação e, estão inteiramente ligadas as atividades desenvolvidas na educação dos cegos.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada no município de Ubitatã-Pr, na Escola Municipal Monteiro Lobato- Ensino Fundamental Anos Iniciais, situado na Rua: Ernesto Novaes de Souza, número 636, centro.

Sendo assim, para a coleta de dados foi empregada à pesquisa de campo que, para Lakatos & Marconi (2001), “é utilizada com intuito de buscar informações e conhecimentos sobre um problema, ou de uma hipótese, que se quer comprovar, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” E, será utilizada uma entrevista, que é uma forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. (CERVO & BERVIAN, 2002, p. 48).

Santos (2007) destaca que:

Pesquisa de campo é investigação prática realizada em um local previamente definido que atende aos objetivos propostos na pesquisa. É caracterizada também pela observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente. Os instrumentos utilizados para coletar dados em campo podem ser: observações, questionários, formulários, entrevistas, entre outros. (SANTOS, 2007, p.127).

Para a investigação foi empregada à pesquisa como instrumento exploratório. Segundo Gonsalves (2001):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (Gonsalves (2001, p. 67).

A entrevista é a técnica utilizada quando queremos obter dados para a elaboração da pesquisa, para validar hipóteses e objetivos.

Para Duarte (2005, apud Fontana & Frey, 1994), “entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”. Assim a entrevista tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais.

ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

A pesquisadora entrou em contato com a professora M. P., da escola citada acima e fez alguns apontamentos referentes à educação da pessoa com deficiência visual. Deste modo, foi questionado a professora qual a quantidade de alunos que apresentam deficiência visual e que estão inclusos no ensino regular, a mesma ressaltou que atualmente são sete alunos, sendo destas, uma com cegueira. Assim, o processo de ensino aprendizagem destes discentes ocorre por meio do Braille, soroban, lupas, dentre outros materiais didáticos.

Deste modo, Sá, Campos e Silva (2007) contribuem com a fala da entrevistada referente à materiais didáticos ressaltando que:

O relevo deve ser facilmente percebido pelo tato e, sempre que possível, constituir-se de diferentes texturas para melhor destacar as partes componentes do todo. Contrastes do tipo liso/áspero, fino/espesso, permitem distinções adequadas. O material não deve provocar rejeição ao manuseio e ser resistente para que não se estrague com facilidade e resista à exploração tátil e ao manuseio constante. Deve ser simples e de manuseio fácil, proporcionando uma prática utilização e não deve oferecer perigo para os alunos (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 27).

Deste modo, conforme ressaltam a entrevistada e os autores acima citados, diante das práticas desenvolvidas com os discentes com deficiência visual (DV) pelos professores em sala de aula, faz-se relevante destacar, como sendo instrumentos de suma importância, a utilização de materiais didáticos, visto que, além de colaborar de forma significativa no processo de aprendizagem destes alunos, também irá promover a interação com os indivíduos videntes e com o mundo.

Por conseguinte, questionou-se a entrevistada como é a relação família, aluno e escola. A mesma indagou que a participação entre a família e a escola é de suma importância e necessária, uma vez que todo o trabalho desenvolvido com os deficientes visuais é em conjunto e concisa da parceria de todos os envolvidos neste processo.

Deste modo, segundo Szymansky (2010):

A família, nesta perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel transmissor – os pais – e desenvolvidas junto aos que são os receptores – os filhos. Ambas as instituições têm em comum (...) o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (SZYMANSKY, 2010, p. 20 e 98).

De acordo com Mariana e o autor acima citado, a participação efetiva da família é imprescindível no processo de desenvolvimento pleno do deficiente visual (DV) inserido na escola comum. Contudo, para que este desenvolvimento ocorra com êxito, é necessário que haja interação com outros agentes educativos que possam contribuir para esse processo educativo como, por exemplo, a escola. Deste modo, ambas (família e escola) constituem funções educacionais, sociais e políticas contribuindo para a formação do cidadão de forma íntegra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta reflexão sobre a educação e o processo de compensação do aluno cego e de baixa visão na escola buscou compreender as definições entre cegueira, baixa visão e a legislação. Igualmente enfatizou o processo de compensação desses sujeitos na escola.

Dessa forma, a pesquisa corrobora para o desenvolvimento entre a teoria e prática, fundamentadas dentro de uma perspectiva histórico-cultural, contribuindo de modo significativo para o processo de ensino e aprendizagem que cada profissional da educação.

Procurou, com esta pesquisa, contribuir com conhecimento historicamente acumulado e socialmente disseminado em uma perspectiva de inclusão com qualidade, permitindo a equiparação de oportunidades aos sujeitos com cegueira e baixa visão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996;

BRASIL. **Secretaria Especial dos direitos da pessoa com deficiência**. Decreto de nº 5.926/04, artigo 4º, inciso III. 2004;

- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 1992;
- CUTHSFORD, T.D. **O cego na escola e na sociedade: Um estudo Psicológico**. São Paulo: Campanha Nacional de Educação de cegos (Revisão Técnica da Tradução de Jurema Venturini e Ana Amélia da Silva). (1969).
- DIAS, M. E. P. **Ver, não ver e conviver**. Lisboa: Secretariado Nacional Para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (1998).
- FELIPPE, João Álvaro de Moraes e FELIPPE, Vera Lucia Rhein. **Orientação e**
- HALL, A. **Mental images and cognitive development of congenitally blind**. Journal of Visual Impairment & Blindness, Set, 281-285. (1981).
- KIRK, S. A., GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Mobilidade**. São Paulo: Laramara, 1997.
- NUERNBERG, Adriano Henrique. **Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Campus Universitário Florianópolis, Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008. Caixa Postal 476, CEP 88010-970, Florianópolis-SC. E-mail: adriano@cfh.ufsc.br
- OCHAITA, E. & ROSA, A. **Psicología de la ceguera**. Madrid: Alianza. 1993
- ROCHA, H. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha. 1987.
- SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. SEESP / SEED / MEC Brasília, 2007. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2016;
- SCHOLL, G. T. **A educação de crianças com distúrbios visuais**. Em W. M. Chuickshank & G. O. Johnson (Orgs.), A educação da criança e do jovem excepcional (pp. 3-62). Porto Alegre: Globo. (1983).
- SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família e escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber, 2010;
- VYGOTSKI, L. S. El niño ciego. En L. S. Vygotski, *Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología* (pp. 99-113). Madrid: Visor. (1997g).
- VYGOTSKI, L. S. La coletividad como factor de desarrollo del niño deficiente. En L. S. Vygotski, *Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología* (pp. 213-234). Madrid: Visor. (1997e); www.pessoacomdeficiencia.gov.br/.../5Bfield_generico_imagens-filefield-escrptio... acesso em 3 Ago. 2018;